

EM PREPARAÇÃO DO PLENÁRIO DE 9/12/74

-- Em defesa da participação massiva dos cursos na solução das questões que nos estudantes dizem respeito

-- e pela efectiva compreensão dos princípios políticos pressupostos ou manifestamente expressos por estas suas propostas discussões e resoluções

-- opções essas que no seu desenvolvimento implicam agora, com vista à reestruturação da Faculdade, urgente tomada de medidas que assegurem a não paralização da escola procurando, no entanto, manter fidelidade à vontade das bases

-- Qualquer trabalho dirigido às massas estudantis deverá ser estruturado a partir da discussão mobilizadora dos cursos

-- E que, neste momento, o êxito desse mesmo trabalho está condicionado à prévia enunciação das suas etapas de desenvolvimento segundo uma estudada escala de prioridades

--Nessa escala de prioridades está, por obediência aos princípios estudantis, apenas a solução das questões necessárias ao lançamento da discussão da reestruturação nos cursos

E convencida de que o lançamento dessas bases tem já de se compreender de acordo com os objectivos finais da acção estudantil e como tal exige, seguramente, a prévia determinação dos princípios essenciais pelos quais as massas universitárias lutam,

Esta comissão coordenadora chegou às conclusões a seguir desenvolvidas e que apresenta ao Plenário de 9/12/74 -- para orientação dos seus trabalhos

-- e para sua determinação quanto a aspectos da reestruturação que, por urgentes (e só esses), precisam de solução imediata.

Isto é, esta comissão de curso, como coordenadora, irá propor uma ordem de trabalhos e propostas de solução das questões ^{nela} enunciadas

A -- ORDEM DO DIA

1º Ponto -- Recolha dos princípios da prespectivação política.

2º Ponto -- Aprovação dum esquema mínimo de organização do trabalho inicial na reestruturação.

1-- Preliminares

I-- Data de abertura da Faculdade

II- De quem será admitido para Novo Aluno.

2-- Repartição de Trabalho

I-- Dos Cursos e Sectores

II- Das Comissões

III-Do Plenário

B -- PROPOSTAS para solução das questões escolhidas e ordenadas dentro da Ordem do Dia sugerida.

1º Ponto -- Recolha dos princípios que no entender da população estudantil sempre deveriam prespctivar politicamente uma reestruturação da Faculdade.

-- Aceitação de que a Reforma a elaborar será a realização dos princípios (ou objectivos finais) políticos defendidos pelas massas. Deve considerar-se a primeira etapa numa Reforma Permanente, sempre em aberto. Uma etapa técnica adaptada às condições de tempo do próximo ano lectivo.

-- A Reforma deverá criar na Escola estruturas dinâmicas e vigilantes orientadas na luta contra o Capitalismo e Revisionismo.

-- A Reforma da Faculdade de Direito deverá criar estruturas que dinamicamente forcem o ensino do Direito a apresentar (desmistificadamente) o seu objecto (o Direito) como forma de opressão de classe. Especificação: A aceitação deste princípio implicará necessariamente uma orientação consequente na conceitologia jurídica, na sistematização científica dos ramos do Direito, e na interpretação do Direito.

Estará na linha de que funcionalmente -- as normas jurídicas são instrumentos na defesa de interesses.

-- o macro-científico e economicamente o Direito é uma estrutura técnica na defesa de interesses de classe.

Pela desopressão cultural.

--- A Reforma deve visar uma efectiva Democratização do Ensino. Ou seja, deve seguir na ordem da dignificação do estudante—que lhe vem de a Escola ser o Trabalho, ou de a Escola ir ao encontro do trabalhador; integração na Escola dos filhos do elemento explorado e revolucionário da sociedade.

2º Ponto --- Aprovação dum esquema mínimo da organização inicial do trabalho na reestruturação da Faculdade.

1--- Preliminares

I --- Data de abertura da Faculdade - propõe-se o dia 3 de Janeiro (6ª feira).

II --- De quem será admitido para Novo Aluno.

Ao nível da Universidade em geral a hipótese do "Numerus clausus" surgiu este ano. A Comissão de Reestruturação da Faculdade no seu Relatório sustenta que tal problema também existe na nossa Faculdade. Prevê mesmo a admissão de apenas 500 ordinários (pág.21). A Comissão do 4º ano, baseada nos dados do referido Relatório, excepção feita ao período de abertura diária da Faculdade, chegou à conclusão inversa.

Não há superlotação na Faculdade de Direito, pois dispomos de:

-- Instalações suficientes. Com efeito, se houver uso das instalações da Faculdade em 12 horas por dia, consegue-se nos 5 dias da semana (propomos 5 porque achamos o sábado e domingo necessários à realização de tarefas extra-escolares, ao contacto dos voluntários com a Escola e ao descanso) um total de 480 horas - disponibilidade - de - instalações ($12 \times 8 \times 5 = 480$). Ora, 480 horas - instalações é bastante para se conseguir o número de horas - aulas desejado para as hipóteses 4ª e 5ª (pág. 20). Acrescente-se que esta hipótese 5ª, possibilitando uma aula teórica de $1^h 30^m$ e duas práticas de 1^h em cada semana e por aluno, permite o tempo lectivo de 14 horas por semana e aluno -- o que nas págs. 15 e 21 do mesmo Relatório é considerado óptimo.

-- Quadro docente suficiente. Havendo possibilidade de recrutamento de 40 novos docentes (Pág. 23), poderemos contar com um quadro mínimo de 60 elementos (actualmente há 29). Se dividirmos o tempo de aulas desejável (por semana e Faculdade) para realização da proposta 5ª (pág.20) pelos 60 professores, teremos em média cada docente com

um período lectivo por semana de 7.^h30^m -- o qual parece razoável dentro do que aconselhará a Pedagogia para uma Escola [em reestruturação e em que os alunos caminham para o estatuto de sujeitos activos do ensino. -- Assim, não há carência de instalações nem de docentes. Não pode conceber-se que a Administração seja o impedimento.

2-- Esquema de Distribuição do Trabalho na Reestruturação.

I -- Nos Cursos e Sectores

-- Devem ter a 1ª reunião no dia 3 de Jan. às 15 horas

-- Nessa reunião deve necessariamente eleger-se comissões representativas para coordenação dos trabalhos nos sectores ou cursos (CCC ou CCS). Após a eleição essas comissões serão Mesa.

-- --- Dessas C.C. das bases um dos elementos será escolhido para representar o curso ou sector na Comissão Coordenadora da Faculdade (CCF), que será, assim, uma inter-comissões de cursos e sectores.

-- Esta e seguintes reuniões deverão incluir na sua Ordem do Dia, entre outras questões e paralelamente à agenda de trabalhos elaborada no Plenário, a localização económico-política do curso -- como consciencialização necessária à participação na reestruturação

II-- No Plenário

--Deve reunir pela 1ª vez no dia 4 (sábado) às 15 horas, para aprovar a Agenda de Trabalhos necessária às próximas reuniões de cursos e sectores.

--Ainda para eleição da Mesa Permanente do Plenário.

--E aprovação dum regulamento provisório mínimo para ^{o seu} funcionamento.

III--Comissões: a) Comissão de Gestão -- Deve convocar e conseguir salas para as reuniões de cursos e sectores no dia 3 e do plenário no dia 4.

-- Deve orientar as

reuniões de cursos e sectores nesse dia 3, enquanto não seja eleita a CCC ou CCS.

-- Deve fazer Mesa no

Plenário do dia 4 até ser eleita a Mesa Permanente do Plenário.

b) CCC^S e CCS^S -- Após tomada de posse compete-lhes toda a actividade coordenadora nas bases.

c) CCF -- É das suas atribuições convocar o Plenário sempre que necessário à ratificação da Agenda de Trabalhos para os cursos e sectores [e à aprovação do trabalho já elaborado nestes

-- Deve fazer propostas ao Plenário

para estruturação da Agenda de Trabalhos a analisar (desenvolver) nos cursos e sectores.

(NOTA: EXEMPLOS. DESTA COMUNICADO-RELAT. ^{RIO} EM SALA LEITURA FAC.)